



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO SETECENTOS E NOVENTA E NOVE

Aos dezanove dias de novembro de 2019, às dezanove horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente da Câmara Dalcir Luis Ebeling, o Vice Presidente Ademar Gauger, o Primeiro Secretário Bernardino Scottá, o segundo Secretário Luiz Felipe Werner e os vereadores: Laudir Abel, João Carlos Jahn, Claudir Antônio Ludwig e Pedro Gilson Jahn. O Presidente deu início a Sessão agradecendo e cumprimentando os presentes. O Secretário Bernardino leu um trecho da Bíblia. Foi lida a Ata da Sessão Ordinária do dia 12 de novembro. A ata entrou em discussão, onde o Vereador Bernardino fez uma ressalva que foi Michel Temmer e não o Presidente Bolsonaro que nomeou comissão de transição. As alterações foram realizadas e assim, aprovada por unanimidade. Dalcir constou que o Vereador Luizão ainda está de atestado por motivo de doença. Foi lido o pedido de moção de repúdio solicitado pelos vereadores para encaminhamento ao Sr. Governador Eduardo Leite, pelo Projeto de Lei Pacote das Reformas Administrativas e Previdenciárias. Foi lido o ofício para manifestação do Diretor da Escola Conego Kaspary, Sr. Ivori Zaro. Dalcir explicou que na próxima sessão irá para votação na Casa o Moção de repúdio. Sr. Ivori Zaro, em sua fala disse que lamenta que isso esteja ocorrendo, relata que irá acontecer uma greve dos professores e que prejudicará os munícipes. Consultou a secretaria sobre o transporte escolar, pois só tem um professor que atende 2h por dia e por isso é inviável ter o transporte. Relata que está muito triste e diz que precisa da ajuda dos vereadores. Solicita para que falem com os Deputados, para que votem com consciência no Projeto em discussão. Relata que não está contra este Projeto, mas que deveria começar para os que estão entrando agora e não para os que já estão na luta há anos. Sentiu-se triste por não ficar sabendo que o Deputado Zanchin estava em Barão. Revela toda sua indignação para com a situação dos Professores e agradece a ajuda feita até agora pelos vereadores. Passou-se assim a ler os caputs dos PL que deram entrada na Casa. PL 2369 que dispõe sobre o reajuste, o calendário de pagamentos e os descontos concedidos sobre IPTU, ISSQN – Fixo e sobre as taxas municipais e fixa o valor da Unidade de Referência Municipal – URM. PL 2370 Estima receita e fixa despesas para o Município de Barão para o exercício de 2020. PL 120 do Legislativo - Dá nova redação a ementa da Lei 2290 de 2019 que alterou os artigos primeiro e segundo e ao parágrafo único do artigo terceiro da Lei 1013 do ano de 2004. Passaram-se a ler os ofícios do Executivo. Convite da Secretaria de Educação para Feira pedagógica no Ginásio Poliesportivo. Convite também da Secretaria de Educação para prestigiar a Formatura da Pré-Escola, que acontece no Ginásio Poliesportivo de Barão. Ofício emitido pelo Hospital São José sobre a Prestação de contas e respostas aos ofícios 125 e 163. Secretaria Municipal da Saúde estará promovendo palestra sobre cuidados e tratamentos relacionados a saúde do homem. Passaram-se a ler os Projetos de Lei. Projeto de Lei 2365 que altera letra b e c do anexo I da Lei Municipal 1778 de 19 de julho de 2013 da categoria do cargo: Fiscal Sanitário e do Meio Ambiente. A comissão emitiu parecer favorável e o Projeto é colocado em discussão. Pedro Gilson diz que está se abrindo vaga para formação no nível superior, mas o salário permanece o mesmo. Tem-se o nível técnico com salário de nível técnico abriu-se oportunidade para o nível superior, mas o salário permaneceu, diz que não vê muito sentido ter aberto ao nível superior. Pois, acredita que se fizer o concurso para nível superior que ficará pouco tempo e o município irá investir em treinamentos e depois o concursado vai embora. Felipe relata que não se vê sinais de concurso público no Município, não sabe a pretensão de fazer alteração. Laudir relata que foi feito concurso, mas os três participantes desistiram. Pedro Gilson, diz que há comentários de que irá ter concurso. O Projeto de Lei entrou em votação, e foi aprovado por unanimidade. Passou-se a ler o Veto total ao PL do Legislativo 119 que dispõe sobre obrigatoriedade de monitoramento de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

câmeras de segurança nas proximidades de escolas públicas, postos de saúde e hospitais. A comissão emitiu parecer contrário ao Veto, sendo o mesmo assinado pelos vereadores Pedro Gilson e João Carlos. Luiz Felipe assinou contrário ao parecer e favorável ao Veto. O veto é colocado em discussão. João Carlos achou interessante a explicação do veto principalmente o “etc” colocado, diz que possivelmente estaria ali escrito segurança. Diz que é a favor da segurança do município e as câmeras seriam instaladas por todo município. E espera que se consiga trazer mais segurança para o município e para o interior. Vereador Claudir, dá um exemplo do município de Tupandi que tem câmeras de segurança, nas escolas municipais também, relata que é favorável ao projeto e contra o veto. Pedro Gilson diz que fez várias indicações para colocar câmeras nos prédios públicos e nas escolas municipais. Foi colocado nas escolas municipais e ouviu somente elogio na creche municipal. Em controvérsia a isso, tem-se a contratação de vigilância de R\$ 248.479,00 que é contratação de uma pessoa para fazer a vigilância no parque de máquinas. Relata que deveria economizar esse dinheiro e colocar uma câmera focando no Parque de máquinas, não precisaria estar gastando 6 mil reais mensalmente. Laudir comenta que o valor do projeto que chega em torno de 90 mil reais para a colocação de 30 câmeras e diz-se que poderia monitorar até Linha Rodrigues da Rosa se fosse cancelar o contrato da vigilância e questiona o valor gasto com essa empresa. Pedro Gilson relata que está bem escrito e bem montado esse veto e que com certeza a pessoa que montou não sabe a realidade do município e de tudo o que está se passando. Vereador Felipe acha importante, diz que deveria ter em escolas, postos, fala que a questão do guarda não é o caminho que poderia ser investido em câmeras, mas relata que a segurança é uma obrigação do Estado e não do município, mas que claro, o município sempre acaba tendo que suprir algumas coisas e por isso é contra ao parecer. Relata que fica difícil o Prefeito administrar se continuar dessa maneira. Ademar acha que é importante ter câmeras na entrada e saída do município. Bernardino diz que já posicionou sobre isso e votou sobre a legalidade do projeto e não contrário ao projeto, concorda com o Felipe, é inconstitucional, não cabe a nós determinar o que o Prefeito deve fazer, e sim dar sugestões. Pois, fica a impressão de quem está votando contra a segurança, pelo contrário, é somente pela questão da constitucionalidade. E relata que ele e o Felipe deram subvenção para a segurança no município. Mas em relação ao projeto é inconstitucional. Dalcir comenta que pode ficar mal interpretado, que quem votar contra o veto se entende que não seja constitucional. E relata que fez indicação no ano de 2015 para que colocasse câmeras e também não foi atendido, que não é somente nesse governo e sim, governos passados também não atenderam. O veto entrou em votação. Teve 4 votos contra e 4 votos favoráveis, assim o veto foi aceito, pois precisa de 1/3 ou seja 6 votos. Seguindo a pauta foi lido a Indicação do Vereador Dalcir sobre a possibilidade de se permitir o estacionamento somente de uma via da rua Felipe Heidrich e sugere que seja colocado uma placa indicativa com o nome da rua. Seguiu-se para as considerações finais. Pedro Gilson fala sobre a questão do plano diretor que não há um respeito pelas leis e relata que foi feito a colocação de um pilar na linha Francesa Alta, onde um morador reclamou que foi colocado no meio fio e não se respeito o recuo de 4 metros. Bernardino pediu se ele tomou alguma providência ou se ficou só o registro e Pedro Gilson diz que somente foi conversado com o fiscal de obras. Relatou sobre a reunião da AEUB e que vai vir alterações no auxílio aos Universitários e parabeniza a diretoria atual que realmente busca melhorar e mudar os estatutos e legislação. Relata quanto a questão do hospital e diz que as reclamações que se tem quanto ao atendimento médico que está deixando a desejar. Reclamações sobre o convenio de atendimento de 24h e municípios reclamaram que não tinha plantão naquele horário. Comenta sobre a seleção dos médicos, e deixa a situação somente para registros. Fala sobre a reta final do campeonato municipal, e fala sobre o regulamento do campeonato, onde se teve muitas reclamações. E pede para que realmente seja feito